



43

REVISTA  
PORTUGUESA  
DE  
HISTÓRIA

COIMBRA 2012

uma miríade de perguntas que agora passam a ter resposta: quantidade, proveniência genealógica e geográfica, tipologia e cadeia de comando dos soldados (incluindo os mercenários); organização social do exército (milícias concelhias, nobres, Ordens Militares, entre outros); número de cavalos de combate e de bestas de carga; armamento ofensivo e defensivo utilizado; víveres consumidos por homens e por animais (trigo, cevada e vinho); recurso a artilharia e a munições (tipologia, quantidade, mestres artilheiros estrangeiros e castelhanos); tipologia, quantidade, proveniência, estatuto jurídico e pilotos das embarcações utilizadas; bandeiras e divisas usadas pelos homens; e, claro está, a configuração que estas forças assumiam no terreno, efetuando o autor algumas comparações entre as duas guerras em apreço. Por último, Ladero Quesada apresenta-nos uma estimativa rigorosa do custo total da guerra no Rossilhão e em Nápoles, que ascendeu aproximadamente a 2.079.000.000 maravedis.

Em conclusão, estamos perante uma obra que se saúda vivamente, uma vez que apresenta um contributo decisivo para o estado do conhecimento atual das guerras no Rossilhão e em Itália, no tempo dos Reis Católicos.

Marcelo Encarnação

Doutorando em História (FLUP) e membro do CITCEM

**Adélio Fernando Abreu, *D. Américo Ferreira dos Santos Silva, Bispo do Porto (1871-1899), Igreja e Sociedade no Porto no Fim do século XIX.*** Porto: Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional do Porto, Faculdade de Teologia, 2010.

Adélio Abreu ao estudar o bispo do Porto, D Américo Ferreira dos Santos Silva, contempla, numa análise rigorosa, as relações entre a Igreja e o Estado durante a implantação do liberalismo em Portugal. O quadro legislativo que vigorou durante a governação do bispo do Porto insere-se no crescente regalismo do Estado sublinhado pela supressão dos dízimos, abolição do foro eclesiástico, eliminação dos padroados eclesiásticos e laicos, extinção das ordens religiosas e nacionalização dos bens da Igreja: o rei tornou-se o único padroeiro. Rapidamente, este quadro determinou as relações com a Santa Sé que encontraram grandes tensões e, mesmo, conflitos.

D. Américo Ferreira dos Santos Silva nasceu no Porto, a 16 de Janeiro de 1830 e era oriundo de uma família de comerciantes da alta burguesia ligada à banca e a companhias comerciais. O pai, sócio da Associação Comercial do Porto, foi deputado nas legislaturas de 1842 a 1846 e pertenceu à maçonaria.

Em 1871, D. Américo foi nomeado bispo do Porto apesar de inicialmente ter sido preterido.

Adelino Abreu dividiu a vida do prelado em três etapas fundamentais:

- A primeira, iniciada em 1830, fase de formação do futuro prelado;
- A segunda abarca a fase inicial da governação da diocese;
- A terceira contempla a acção do bispo.

A divisão em três partes da obra facilita a compreensão da vida e da obra do bispo do Porto.

Na primeira parte, o autor aborda a formação e a construção identitária de D. Américo salientando o seu cosmopolitismo. O futuro bispo iniciou os estudos no Porto e partiu para França para prosseguir a formação que lhe permitisse o acesso ao ensino superior. O encerramento do colégio Luso-brasileiro de Fontenay-aux-Roses, conhecido por D. Pedro de Alcântara, próximo de Paris, fê-lo regressar ao Porto onde concluiu os estudos preparatórios. Ingressou na Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra, em 18 de Outubro de 1845 e concluiu a formatura em 31 de Maio de 1851; em 15 de Maio de 1852 obteve o grau de licenciado e o de doutor. Foi ordenado presbítero, ficando ao serviço do patriarcado, primeiro no seminário de Santarém e depois em Lisboa. Nesta cidade foi eleito vigário capitular, cargo que exerceu por dois anos até tomar posse do episcopado do Porto. Em Santarém leccionou Teologia fundamental, Dogmática Especial e Pastoral.

Uma viagem à Santa Sé, acompanhando o cardeal D. Guilherme, marcou esta fase da sua vida. O papa Pio IX nomeou-o camareiro secreto supranumerário e o rei agraciou-o com a comenda da Ordem de Cristo. Em 1856 requereu a apresentação para cónego da sé patriarcal de Lisboa, cargo que ocuparia em 1858. Enquanto exerceu o cargo de vigário teve problemas com a imprensa católica concretizada nas insinuações de simpatia maçónica. O bispo viu-se enredado numa polémica entre os seus pares colocada pela revista eclesiástica *O Bem Público*. Terá sido um laçao do rei?

Em Junho de 1871 foi confirmada a sua nomeação como bispo do Porto. A morosidade da confirmação (2 anos) prendeu-se com as políticas governativas do liberalismo que adiavam a resolução da Santa Sé, por um lado e, por outro, dentro da própria Igreja havia algumas reservas acerca do prelado por estar conotado com a maçonaria e o regalismo do Estado. Não foi a primeira figura a ser escolhida para a diocese do Porto. Todavia, acabaria por ser aceite pela Santa Sé. Para tal foram decisivas algumas diligências diplomáticas, como a do conde de Tomar, António Bernardo da Costa Cabral. Roma exigiu que o vigário capitular se retractasse de uma pastoral de 3 de Abril de 1871 onde declarava a independência da Igreja relativamente à sociedade civil. As explicações em

jeito de retractação valeram-lhe o lugar. À ordenação episcopal seguiu-se a primeira pastoral onde reiterou a obediência a Roma.

O historiador foca a preocupação do futuro bispo em revelar a sua vertente pastoral e o zelo com que actuava, mostrando como evoluiu de um discurso administrativo para um discurso bíblico-pastoral. Enquanto esteve à frente da patriarcal, D. Américo viveu o período difícil do I concílio Vaticano, aberto em 1869. Aurélio Abreu sublinha que D. Américo era favorável à defesa dos interesses da Igreja segundo o lema “harmonia e boa convivência com o poder civil” (p. 60).

Iniciou o seu governo no momento em que se desenvolveu significativamente o movimento católico portuense, com a actividade da Associação Católica, a realização do I Congresso Católico do Porto e a fundação do diário católico *A Palavra*. Advogou a causa da Igreja e juntou-se à Associação Católica nas celebrações do aniversário da coroação de Pio IX. Na vida interna da diocese colocou quase toda a sua energia na disciplina do clero e na reforma do Seminário Episcopal. Escolheu uma equipa com os melhores formadores para o Seminário de Santarém que visitou pessoalmente. Adélio Abreu caracterizou a sua prelatura como distante fisicamente dos fiéis e de estilo palaciano, descrevendo-o como um monárquico constitucional, conformado com a legislação civil vigente, mas interessado pela sorte da Igreja e capaz de sinais claros de dedicação eclesial e de fidelidade à Santa Sé.

O autor foca também a polémica que houve em torno do bispo do Porto, promovida pelos meios anti-clericais. Um dos problemas que D. Américo teve que enfrentar foi a venda em hasta pública de bens da Igreja. A solução que encontrou foi seguir a legislação tendo presente o mínimo prejuízo para a Igreja. Defendeu-se na Câmara dos Pares deste modo: «(...) liberdade para ao menos, já que não salvou os seus bens, poder salvar os seus princípios, e mais que tudo as consciências dos que lhe reconhecem os seus direitos e auctoridade.» (p. 93). A intervenção do bispo foi mal recebida pelos sectores católicos, não só pelos legitimistas, mas também pelos simpatizantes do constitucionalismo, como era o caso do jornal *A Palavra*.

Em Dezembro de 1877 D. Luís avançou com a nomeação de D. Américo para cardeal nacional, mas Pio IX não pretendia aumentar o número dos cardeais. As notícias que tinha de Portugal não abonavam a favor do diocesano devido às tendências regalistas. Porém, o zelo pastoral era uma constante e o papa Leão XIII acabaria por lhe conceder o cardinalato apesar do nuncio se opor a esta nomeação. O nome do bispo do Porto fora preterido em favor do arcebispo de Goa, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos. Adelino Abreu realça o papel diplomático do prelado que se materializou numa carta, de 30-09-1878,

a felicitar a eleição de Leão XIII e de uma instrução pastoral onde denunciava os erros do protestantismo que se expandia no Porto e em Vila Nova de Gaia. Como resultado, D. Américo foi nomeado cardeal no consistório de 12 de Maio de 1879. A escolha foi a do mal menor, pois evitava hostilidades entre Roma e Portugal.

A segunda parte da obra centra-se na acção social do prelado e na mediação política entre a Igreja e o Estado. A vigilância liberal sobre a Igreja ocasionou um clima de confrontação com reflexos na relação entre Portugal e a Santa Sé. O sustento do culto e do clero dependia, sobretudo, dos dízimos, que foram suprimidos por um decreto de Mouzinho da Silveira (16-03-1832). A legislação liberal tendia a tornar a Igreja subsidiária do Estado que pretendia reduzir as dioceses e vender os bens de alguns mosteiros. A reforma religiosa imposta pelo governo foi levada a cabo por D. Américo, pelo bispo de Coimbra e pelo patriarca de Lisboa. O bispo do Porto ficou encarregue de escrever para Roma. Na carta descreveu a crise económica da Igreja portuguesa sublinhando a necessidade de se recuperarem igrejas, da provisão de lugares ser efectuada e da necessidade de uma reforma diocesana, dado que algumas ordens femininas se iam extinguir. Contra vontade, o bispo tornou-se mediano nesta matéria. As mudanças operadas obrigavam a uma reforma dos seminários. D. Américo era a favor da diminuição de seminários em prol de uma maior qualidade na formação do clero. Face à mudança a Santa Sé pediu informações mais claras sobre a dotação do culto, do clero e dos rendimentos dos bispos. A redefinição da geografia eclesiástica não tinha a concordância de todos os bispos, principalmente, dos que perderam a diocese ou parte dela como o primaz de Braga que estava contra os limites da nova geografia eclesiástica.

Segundo Aurélio Abreu o bispo do Porto desempenhou o papel de mediador entre o Estado e o papado. O caso da nomeação do bispo do Algarve, D. Aires de Gouveia, revela essa postura. D. Américo acabou por tomar lugar preeminente nas decisões uma vez que levou o prelado a renunciar ao cargo de bispo de Faro (pois não era o preferido de Roma) e a aceitar ser o representante da *bula da cruzada*. O diocesano mediou, também, o conflito na eleição do vigário capitular do cabido de Bragança.

Para dar resposta aos desafios lançados pela sociedade da época decorreu, no Porto, o congresso de oradores e escritores católicos que marcou a reorganização do braço laico da Igreja. Assumir uma vocação revestia-se de particular interesse porque importava repropor o catolicismo numa sociedade eivada de descrença. O bispo estava em sintonia com o Congresso e com a criação da Associação Cristã. O meio de difusão destas ideias culminou com a criação do jornal *A Palavra*.

Abreu demonstrou que a contestação por parte dos liberais ao movimento católico e, ainda, as celebrações do aniversário pontifício, se traduziram em críticas ao prelado. O governo decretou duas portarias acerca desta polémica mas o bispo apoiou a Associação de Católicos e foi acusado pelos liberais de se ter desviado do liberalismo.

Na tentativa de obter uma boa relação com Roma, D. Américo auxiliou o papado com a criação do *dinheiro de S. Pedro*. As ajudas foram oficializadas pelas pastorais onde evidenciava a perda do poder temporal do papa e a necessidade de lhe garantir liberdade. Abreu constatou que o diocesano teve que se confrontar com a permissividade e a difusão do protestantismo, facilitada pelo comércio com Inglaterra. D. Américo publicou uma longa instrução pastoral onde se mostrava intolerante perante o erro, mas benevolente para com os errantes, defendia a autoridade da Igreja católica advogando a obediência à palavra de Deus e criticava o livre exame, o fanatismo e a frieza do culto dos protestantes. Também o avanço do socialismo e do movimento operário, apesar de incipiente, trouxe à Igreja alguma preocupação. A solução estava no desenvolvimento de um pensamento social que integrasse os operários católicos apresentando duas decisões, uma material e outra moral para melhorar as condições materiais dos operários e erradicar dos corações o ódio e a inveja. Os rigores de Inverno estimularam a acção caritativa do bispo do Porto patente no auxílio às populações afectadas.

O incêndio no teatro Baquet levou também D. Américo a organizar em conjunto com a Câmara Municipal uma comissão de ajuda aos órfãos e viúvas das vítimas do incêndio. O prelado preocupou-se com questões de saúde pública, envidando esforços por conseguir a assistência às populações. Liderou o processo da construção de um albergue nocturno para acolher os necessitados, à semelhança de Lisboa. Os problemas sociais gerados pela industrialização e pelos fluxos migratórios reclamavam uma acção social que foi aproveitada por D. Américo para a recristianização da sociedade. Numa carta pastoral, o bispo sublinhou a função social e pública dos dias santificados e o direito do operário ao descanso enquanto tal, não tendo o mesmo apenas a função dos cumprimentos religiosos. A sua atenção recaiu sobre o papel estatal em defesa e protecção dos trabalhadores, dando ao Estado o título de providência.

A encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII confirmou o direito à propriedade privada e atribuía também um papel social ao invocar o direito dos trabalhadores a um salário suficiente, enquanto lhes lembrava os deveres para com o patronato. A intervenção de D. Américo após a encíclica levou à criação do Círculo Católico de Operários do Porto (9 de Junho 1898).

Na terceira parte deste estudo o historiador confirma a acção do prelado na diocese, reportando-se aos desafios e respostas que encontrou e que se entrelaçaram com a sua vida.

Quando chegou à diocese, em 1872, D. Américo reformou o seminário do Porto, dotando-o com estatutos e um regulamento interno. Reestruturou o curso, acrescentando as disciplinas de Dogmática Geral e de Teologia Sacramental devido ao défice teológico que encontrou na diocese. Insistiu no estudo, no silêncio e na devoção durante os actos de culto, na educação à mesa e na permanência nos quartos. Os alunos que se distinguiam eram premiados no início do ano lectivo. A biblioteca do Seminário cresceu durante o seu governo, graças a doações e à compra de livros duplicados da Biblioteca da Câmara Municipal. O próprio bispo legou a sua biblioteca pessoal, exceptuando-se os livros litúrgicos e os breviários, que doou à Mitra. As suas obras eram essencialmente de Teologia, História e Direito Canónico. Tinha também livros de Literatura, Liturgia, Piedade e, em menor número, de Direito Civil, Ciências Humanas, Filosofia, Pastoral e Ciências Positivas. D. Américo assistia sempre à abertura das aulas no Seminário e intervinha sempre com um discurso baseado na necessidade de formação contínua; insistia na vocação para o ministério e traçava o perfil ideal do pastor. Em 1883, D. Américo lança a construção de um novo Seminário o de Nossa Senhora do Rosário dos Carvalhos. A formação eclesiástica era uma prioridade do bispo. Enviou para Coimbra o clero jovem, arranjou professores com a melhor formação para o Seminário e aproveitou a possibilidade dos candidatos ao sacerdócio estudarem nas universidades romanas. Para disciplinar o clero obrigou os presbíteros a fazer retiros espirituais organizados no Verão, com a colaboração de jesuítas; efectuou exames para pregadores e confessores. Os critérios que presidiam às encomendações e atribuições de licenças eram sempre da habilitação e da dignidade, não se coibindo o bispo de recusar os nomes dos que não se enquadrassem nesse perfil. Os examinadores eram aprovados pelo sínodo diocesano. Mais tarde as provas dos beneficiados passaram a ser públicas. No entanto, os bispos continuavam a emitir o seu parecer sobre o comportamento religioso e moral dos candidatos. Os índices de aprovações nos exames rondavam os 81%. A questão dos exames trouxe alguma contrariedade ao bispo quando o governo se tentou imiscuir na sua governação. Facilitou esta situação o suicídio do padre António Augusto Tavares, por reprovar no exame. A polémica subsequente foi alimentada por dois jornais: o *Primeiro de Janeiro*, contra, e *A Palavra*, a favor do diocesano.

Adélio Abreu sublinhou que, na qualidade de pastor, D. Américo vigiou a residência dos padres nas paróquias; procurou que a invocação de doença não fosse apenas uma estratégia para conseguir dispensa; obrigou o clero a

elaborar registos paroquiais. O bispo comungava de um ideário constitucional que prevalecia no movimento católico portuense. Deste modo, entendia que os párocos não deviam confundir a sua missão pastoral com a de agentes eleitorais e defendia a independência e a neutralidade presbiterial diante das forças políticas. A formação intelectual e uma vida íntegra compunham o perfil requerido por D. Américo. O problema comportamental mais evidenciado foi o incumprimento do celibato. Quando os padres incorriam em processos judiciais eram suspensos das suas funções e benefícios por colocarem em causa a dignidade no exercício do ministério. O bispo do Porto exerceu com rigor e exigência a actividade disciplinadora sobre o cumprimento das obrigações pastorais e administrativas do clero. Abreu encontrou apenas uma lacuna na administração episcopal de D. Américo que diz respeito às visitas pastorais. Desde o início do seu governo cultivou um estilo palaciano que não se coadunava com a missão de percorrer a diocese; fez algumas deslocações na cidade, celebrou a eucaristia e o crisma mas não se tratava propriamente de visitas, o que não o impediu de conhecer a sua diocese por via administrativa (correspondência) e de sanar os problemas por via disciplinar.

Na década de 90, a vida religiosa feminina de clausura praticamente desapareceu. O bispo lamentava os encerramentos dos conventos mas limitou-se a cumprir as funções que a legislação civil atribuía aos prelados no processo de encerramento. Contudo, procurou concertar os interesses de modo a que a solução final fosse menos desfavorável para as religiosas.

À secularização progressiva da sociedade oitocentista, respondeu com missões populares e pregações, as festas e procissões, as peregrinações e devoções variadas, nomeadamente à Virgem Maria, ao Coração de Jesus, a São José, com exercícios de piedade e a introdução da novena de 40 horas no Seminário. Estas iniciativas revestiam-se de uma grande intensidade afectiva para superar a religiosidade fria, disciplinada e reservada do jansenismo e do racionalismo das luzes. Na dinamização da vida cristã e na promoção das suas formas de expressão, D. António não foi inovador. O culto eucarístico adquiriu um sentido de reparação pelo pecado em relação a Cristo. A festa e a procissão do *Corpus Christi* foram as provisões que mais menções públicas tiveram do prelado. Adepto da comunhão frequente, suavizou as normas mais restritivas da Constituição diocesana que, só permitia a comunhão semanal. Defendeu a catequese paroquial e a insistência na pregação. Neste sentido, aprovou para a diocese do Porto o Catecismo da doutrina Cristã, publicado em Coimbra. Para o cumprimento da missão catequética aprovou a *Explicação Histórica, Dogmática, Moral, Litúrgica e Canónica do Catecismo* de P.A. Guillois, obra destinada à formação do clero. Promoveu a pregação, com os sermões

quaresmais na sé do Porto. Como disciplinador, extirpou os abusos, corrigiu os desvios, mormente no que se refere às procissões que muitas vezes decorriam num ambiente de festa profana.

Adélio Fernando de Abreu não se limitou ao itinerário biográfico de D. Américo: entrelaçou o múnus pastoral com o disciplinamento do clero e a forma prudente como o bispo resolveu os conflitos com o Estado e com uma sociedade dessacralizada, não descurando as difíceis relações com a Santa Sé. A prudência foi a palavra que serviu de mote ao bispo na governação da diocese do Porto.

O historiador preocupou-se em mostrar a espiritualidade e o pietismo oitocentista num mundo adverso à Igreja. Esta obra, apoiada por um riquíssimo manancial de fontes, apresenta excelente estrutura, onde a narração dos acontecimentos se cruza com a problematização da actuação do bispo do Porto, o que permite uma leitura fácil e interessante da difícil conjuntura política e religiosa do século XIX, face ao racionalismo e ao jansenismo rigoroso que o antecedem.

Ana Ruas Alves

Doutoranda em História Moderna na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

**Francisco Pinheiro; João Nuno Coelho, *República, Desporto e Imprensa. O desporto na I República em 100 primeiras páginas, 1910-1926*** (Porto, Edições Afrontamento, 2012, 231 pgs.)

Muitas ilustrações, aspecto gráfico cuidado, boa cartonagem em papel de qualidade, o formato de um álbum... Ao olhar-se para esta obra poder-se-ia pensar estarmos perante mais uma publicação de carácter evocativo, elencando efemérides e momentos gloriosos do desporto nacional, nos quais as memórias afectivas se sobrepõem à objectividade dos factos, como tantas que se editam na área da literatura desportiva... Puro engano! Na verdade, trata-se de uma obra vigorosa e que tem na sua base o árduo e espinhoso trabalho de levantamento, de inventariação e de seleção de periódicos que se publicaram durante o período da I República, em Portugal.

Neste campo, os seus autores – um jornalista com formação em história e um sociólogo, ambos partilhando da paixão pela “imprensa e pelo desporto”, como bem assinalou Luís Freitas Lobo no prefácio a esta obra (p. 9) – seguem a pista aberta por anteriores trabalhos conjuntos na temática do periodismo desportivo e que, no caso de Francisco Pinheiro, se consolidou com a